



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR: UM ESTUDO A PARTIR DA PSICANÁLISE

ELIZETE SANTOS BALBINO

MIRELLY KARLLA DA SILVA

MARIA ALICE PEREIRA DA SILVA

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

Resumo

Este artigo surgiu de uma série de inquietações de um grupo que estudam o autismo e seu percurso em busca educacional e do seu reconhecimento como sujeito participante da sociedade. Desse modo, a pesquisa em pauta tem analisado o autismo e a inclusão escolar a partir da teoria psicanalítica. A metodologia centrou-se numa abordagem qualitativa e foi realizada através de uma entrevista semiestruturada com duas psicólogas que têm experiência no atendimento de crianças com autismo. Os principais autores que embasaram a pesquisa foram: Azevedo (2011); Lima (2013); Tamanaha; Perissinoto; Chiari (2008); Vasques (2007), dentre outros. Os resultados mostraram que as crianças precisam ser vistas para além do diagnóstico médico e, ainda, precisam ser vistas como pessoas com necessidades únicas como todas as outras.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Psicanálise.

AUTISM AND SCHOOL INCLUSION: A STUDY FROM THE PSYCHOANALYSIS

Abstract

This article appeared in a series of concerns of a group who study autism and its journey of educational inclusion and their recognition as a subject participant in this research. The aim is to analyze autism and school inclusion from the psychoanalytic theory. The methodology focused on a qualitative approach and it was carried out through a semi-structured interview with two psychologists who have experience in caring for children with autism. The main authors that supported the research were: Azevedo (2011); Lima (2013); Tamanaha; Chiari (2008); Vasques (2007), among others. The results showed that children with autism need to be seen beyond the diagnosis and also they need to be seen as people with unique needs as everyone else.

Keywords: Autism. Inclusion. Psychoanalysis.

Introdução

As pesquisas e as políticas voltadas para a inclusão de crianças com deficiência no contexto das escolas têm motivado estudiosos a empreender esforços no sentido de garantir esse direito de forma igualitária. E quando se trata de incluir crianças com autismo o número de pesquisas aumentam significativamente, bem como as inquietações que permeiam esse assunto. Assim, a pesquisa em pauta tem por objetivo analisar o autismo e a inclusão escolar a partir da teoria psicanalítica. E para atingir o objetivo proposto, a metodologia centrou-se numa abordagem de natureza qualitativa e foi realizada através de uma entrevista semiestruturada com duas psicólogas que têm experiência no atendimento e na inclusão de crianças com autismo.

Os principais autores que embasaram a pesquisa foram: Azevedo (2011); Lima (2013); Tamanaha; Perissinoto; Chiari (2008); Vasques (2007).

Iniciamos a nossa pesquisa falando sobre a origem dos estudos sobre o autismo, que começou em 1906 na área da psicologia para chegar ao aporte teórico da psicanálise. Em seguida, abordamos a inclusão e o autismo a partir da teoria da psicanálise com alguns estudiosos que se dedicam a entender de que forma a psicanálise pode ajudar a inclusão da criança com

sequência, fizemos uma rápida explanação sobre a metodologia usada para esse estudo e nos resultados e discuss uma análise das falas das participantes dessa pesquisa. Chegamos às considerações finais onde evidenciamos que a pode contribuir para que a criança com autismo seja incluída no contexto escolar e para que essa inclusão aconteça olhar para esta criança considerando suas emoções, desejos e particularidades.

Autismo: a origem de um conceito

Para relatarmos acerca do autismo inicialmente iremos elucidar a acepção etimológica desta palavra que, é de origem gr o significado de “autos” é “próprio” ou “de si mesmo”. O termo autismo que atualmente usamos foi de fato utilizado pela | no ano de 1906 pelo psiquiatra austríaco Eugen Bleuler, contudo só ficou reconhecido na literatura psiquiátrica nos ano 1912 porque foram nesses anos, especificamente em 1912 que Bleuler o utilizou para descrever um sintoma de es Bleuler conceituou a esquizofrenia como uma doença diferenciada de todas que até então estavam sendo estudadas e autismo nas características dessa demência.

Percebemos que, na percepção de Bleuler o autismo no decorrer dos anos foi definido como uma tendência interligada com a esquizofrenia devido ao fato das pessoas com autismo terem uma imensa dificuldade de interação social e qu encontrarem-se isoladas e alheias a realidade na qual se encontravam, as pessoas com autismo vivem em um mundo : por muitas vezes estar restrito.

Com o passar do tempo os estudos voltados para o autismo tornavam-se incessantes, após Bleuler foram os psiquiatras e Hans Asperger que aderiram a palavra autismo precisamente para denominar os sintomas que eram diagnosticad inúmeros pacientes.

Klin (2006) discorre que no ano de 1943, Leo Kanner descreveu, pela primeira vez, 11 casos do que denominou distúrbic do contato afetivo.⁵ Nesses 11 primeiros casos, havia uma “incapacidade de relacionar-se” de formas usuais com as pes o início da vida. Kanner também observou respostas incomuns ao ambiente, que incluíam maneirismos motores est resistência à mudança ou insistência na monotonia, bem como aspectos não-usuais das habilidades de comunicação tais como a inversão dos pronomes e a tendência ao eco na linguagem (ecolalia). Kanner foi cuidadoso ao fornecer um desenvolvimento para suas observações. Ele enfatizou a predominância dos déficits de relacionamento social, assin comportamentos incomuns na definição da condição.

Torna-se nítido que o estudo realizado por Kanner com essas 11 crianças diagnosticadas esquizofrênicas foi dema enriquecedor para as pesquisas direcionadas ao autismo devido ao fato norteador desta pesquisa explicitar caracter precisas, e ao observá-las e estudá-las minuciosamente Kanner acreditou que o autismo fosse de origem congênita ꝑ características eram percebidas precocemente nas crianças. Entretanto, com o desenvolvimento do seu trabalh perceptível para Kanner que existia uma relação fria e apática entre estas, e que esta relação poderia conscient prejudicial no desenvolvimento da criança com autismo.

Sobre o exposto, Tamanaha; Perissinoto; Chiari (2008, p. 296-297):

As descrições de Kanner foram rapidamente absorvidas pela comunidade científica. A abordagem etiológica do Autis proposta pelo autor, salientava a existência de uma distorção do modelo familiar, que ocasionaria alterações no dese psico-afetivo da criança, decorrente do caráter altamente intelectual dos pais destas crianças. Apesar desta proposição, deixou de assinalar que algum fator biológico, existente na criança, poderia estar envolvido, uma vez que as comportamentais eram verificadas precocemente, o que dificultaria a aceitação puramente relacional.

De acordo com Azevedo (2011), nas definições mais recentes o autismo infantil é considerado um transtorno desenvolvimento, que se manifesta antes dos três anos. O diagnóstico é atribuído a crianças que apresentam compr qualitativo à integração social recíproca e à comunicação, além do comportamento restrito, estereotipado e repetitivo. O t do campo da psiquiatria.

Depois a psicanálise começou a adotar o termo e o autismo passou a ser abordado através de duas vertentes: Desenvol Lacaniana.

A vertente desenvolvimentista foi assim denominada pela forma como concebe a constituição do sujeito. Nela, er psicanalistas pós-freudianos que se ocuparam com as questões do autismo: Margaret Mahler (1897-1985), Brunc (1903-1990) e Frances Tustin (1913-1994). Na segunda vertente, a lacaniana de Jacques Lacan (1901-1981), encontra teórico que permitiu maior compreensão sobre o autismo (AZEVEDO, 2011).

Margaret Mahler, fala de três estágios no autismo: a normal, a simbólica e o processo de separação-indivduação. Já par: o que poderia ter ocasionado o autismo teria sido uma falha materna. A hipótese defendida pelo Tusti está volt desenvolvimento da síndrome de um modo normal, nesta teoria ele ressalta que a criança ainda não obteve a cons comportamentos sociais e nesta fase a criança com autismo depende da mãe e se a mesma não fosse afetiva com criança não iria progredir em sua vida social, a mesma ficaria intacta na fase autística.

Por outro lado, Bridon (2003, p.29) diz que na vertente lacaniana:

Lacan considera que o nascimento do sujeito não está ligado a uma fase do desenvolvimento, em que a fala, graças maternos satisfatórios, seriam consecutivos de modo natural à sensação, dando vazão ao sujeito. Lacan não parte do desenvolvimento ou qualquer outro processo evolutivo concebido *a priori*, não recorrendo a qualquer pressuposto biológico para sustentar suas teorizações, teorizações essas que se baseiam em uma releitura da obra freudiana. Constrói e determina sua clínica a partir de três registros rigorosamente heterogêneos – o Real, o Simbólico e o Imaginário.

Atualmente o autismo tem sido demasiadamente estudado, mas ainda continua com suas causas desconhecidas. De fato é um transtorno extremamente complexo, há estudos atuais que analisam a possibilidade do mesmo ser causado por anormalidade no cérebro ou uma origem que pode ser genética, contudo, até o presente momento nenhuma dessas hipóteses foram confirmadas.

Tamanaha; Perissinoto; Chiari (2008) salientam que esta breve revisão histórica nos permitiu observar a evolução do Autismo Infantil, ao longo do tempo. O mesmo ocorreu com a definição da síndrome de Asperger. A busca por critérios mais precisos e consistentes também se evidenciou, demonstrando que o percurso para total compreensão destes distúrbios e suas etiologias, ainda necessita de muito desbravamento por parte dos estudiosos. Entretanto, acreditamos que o conhecimento da história dos construtos destas alterações seja fundamental para todos aqueles que se interessam pelo que estudam esta área com o intuito de trazer melhorias para o desenvolvimento das pessoas com autismo.

Autismo, inclusão e psicanálise

O autismo é significativo, complexo e um desafio para os pais, professores e demais profissionais que lidam diariamente com a criança que apresente esse transtorno e, por isso mesmo, tem despertado a atenção de inúmeros pesquisadores. Observamos na literatura que cada vez mais tem se intensificado essa atenção e encontramos estudos das mais diversas áreas do conhecimento buscando compreender e contribuir para a compreensão acerca do tratamento, causas, desenvolvimento e aprendizagem de crianças que apresentam um quadro autístico.

Nesse contexto, falar da inclusão da criança com autismo requer, antes de tudo, colocar que a inclusão escolar para as pessoas com deficiência de uma maneira geral é um processo que está se consolidando de forma paulatina no nosso país. As experiências voltadas para o atendimento desse público remontam aos anos de 1853 e 1857 com a criação de instituições para pessoas com surdez e deficiência visual.

Entretanto, o marco da educação para todos foi a Declaração de Salamanca (1994), importante evento que aconteceu no Brasil em que ficou estabelecido o princípio fundamental da escola ou ensino inclusivo em que todos os alunos, sempre que possível, devem aprender juntos, independente de suas dificuldades ou talentos, deficiências, origem sócio-econômica ou cultural e salas de aula provedoras, nas quais todas as necessidades são satisfeitas.

Depois desse evento a educação inclusiva ganhou espaços e vem cada vez mais, apesar de todas as dificuldades inerentes ao processo novo e que exige mudanças de paradigmas, acontecendo e os estudos comprovam a sua eficácia no processo de aprendizagem, mas também de socialização das pessoas com deficiência.

Frente a todo movimento que busca a inclusão escolar concordamos com Lima (2013, p.33) quando ela afirma que:

[...] a inclusão não é uma tarefa simples, mas também não é impossível. Ela é principalmente uma questão de compromisso com aquilo que sabemos ser o correto, já que a escola tradicional mostrou-se incapaz de criar cidadãos comprometidos. Não devemos esperar alcançar nossos objetivos logo de cara, buscar isso é imprescindível, mas acreditar que na primeira tentativa sairá perfeitamente como planejado chega a ser até um pouco prepotente. Haverá tentativas, erros, acertos, mas o mais importante é não abandonar a vontade de fazer diferente. Nos erros devemos parar para refletir sobre as necessidades, e nos acertos pensar sobre como podemos melhorar ainda mais.

Lima (2013) acredita ainda, que a construção de uma prática pedagógica inclusiva passa necessariamente pelo conhecimento dos sujeitos da inclusão. Sem buscar esse outro, e também buscar-se nele para estabelecer vínculos, a inclusão resumiria mais em uma troca de informações e comportamentos pré-estabelecidos socialmente do que uma relação humana. Quando falamos de inclusão escolar, vários questionamentos aparecem e se a inclusão envolve o transtorno do espectro autista esses questionamentos tomam uma proporção ainda maior por considerar a falta de consenso que permeiam os estudos da temática do autismo.

Nesse caso, Lima (2013, p. 22) considera que:

O sujeito com autismo é um desses sujeitos que ainda tantos questionamentos e estranhamento geram no ambiente escolar. Se para a sociedade, muitas vezes, ele é uma incógnita que desestabiliza nossas certezas (simbólicas), para o professor também corre o risco de se tornar um elemento fugidivo, incompreendido, gerador de problemas e constrangimentos. Encontrar caminhos que torne possível sua aprendizagem e desenvolvimento é uma tarefa fundamental para a educação em nossa sociedade. O professor age segundo seu saber e sua experiência. A responsabilidade dele frente ao sujeito com autismo na sala de aula é

um posicionamento radical de lidar com a diferença. E sua atuação possui um papel significativo para potencializar (o sujeito, possibilitando assim que a educação inclusiva cumpra suas finalidades e busque com esses sujeitos um caminho de autonomia e qualidade de vida para todos.

A partir de tais considerações, trazemos para essa discussão a inclusão da criança com autismo a luz da abordagem psicanalítica com o objetivo de entender a subjetividade presente quando falamos de autismo e de inclusão e por acreditar que a psicanálise se constitui como uma área que também participa e contribui para a discussão que ora estamos colocando em discussão. Fonseca (2015, p.22), corrobora com o que até aqui foi dito quando afirma o seguinte: “Em uma época em que precisamos de ideais da Educação para todos, a psicanálise nos mostra a importância do particular de cada um para a apreensão da subjetividade do sujeito e das saídas que ele constrói a partir dos seus impasses”.

A psicanálise é uma ciência que busca compreender o psiquismo humano a fim de conhecê-lo, ou seja, através do processo de associação livre o psicanalista busca desvendar os conteúdos que estão no inconsciente do indivíduo, lugar onde estão os impulsos instintivos e as representações reprimidas.

Em meados do século XIX, na Alemanha, a Psicologia surgiu como ciência independente, cujo objeto de estudo consistia na consciência. Sigmund Freud (1856-1939), médico neurologista, considerado o criador da psicanálise, foi quem dividiu a mente em inconsciente, consciência ou pré-consciente.

Freud nutria a esperança de que a Psicanálise, uma teoria explicativa da natureza, do funcionamento e da forma de desenvolvimento do psiquismo, pudesse contribuir para reformar os métodos e objetivos educacionais, exercendo, assim, uma ação transformadora. A psicanálise abre um novo olhar sobre o aluno, um ser que tem subjetividade e desejo, um ser cujas manifestações, muitas vezes, são difíceis de aceitar, têm seus significados, da mesma forma que seus sintomas de não aprender. Além disso, a Psicanálise compreende certas dificuldades do aluno, na medida em que dá a conhecer o processo de desenvolvimento de sua personalidade. Ao educador ela possibilita reavaliar suas atitudes, suas práticas do cotidiano da sala de aula e sua concepção de aprendizagem e serve para lembrá-lo de que possui os mesmos aparatos psicológicos do aprendiz (SHIRAHIGE; HIGA, 2015). Fica evidente com essa fala que a psicanálise, então, vem cruzando com o campo da educação e discutindo o tema, com a ideia da impossibilidade de uma relação entre ambas. A psicanálise reconhece que a história de um ser inicia no nascimento. O ser assume um lugar num "mito familiar" de tal forma que ele não seja considerado como um mero acidente, mas como sujeito inserido numa cadeia significativa (Schorn, 2006).

Mais do que um tipo de interação com os outros e com os objetos, falar de autismo infantil remete a uma determinação subjetiva. Com isso, o quadro coeso e contínuo de “sinais” preestabelecidos, oferecido pelos sistemas classificatórios, dá lugar a diferentes imagens que surgem associadas a outros tantos aspectos. Os sintomas são (re)tratados, assumindo diferentes significações a partir da narrativa de cada sujeito. Na infância, tais condições psíquicas caracterizam-se por não estarem totalmente estabelecidas uma vez que o sujeito está se constituindo. Ao pensarmos que se trata não de um quadro definido, mas de um processo de constituição subjetiva, acentua-se o caráter mutável dessa maneira, não de ser, mas de estar na infância. Tal posicionamento abre espaço para a construção de alternativas existenciais para esses sujeitos. A posição defendida por muitos psicanalistas na educação escolar pode influenciar nesta construção (VASQUES, 2007).

Assim, Valques (2007, p. 10) acrescenta também que:

A inclusão de crianças que vivem impasses em sua constituição psíquica evoca a suspensão das explicações simplistas e a necessidade de construir instrumentos que permitam maior compreensão acerca da complexidade dos processos sociais e educacionais. Tais crianças nos colocam face a face com o outro desconhecido e com o que há de desconhecido em nós mesmos.

Para que a criança com autismo seja incluída no contexto escolar precisamos redimensionar o nosso olhar e ampliar as possibilidades de aprendizagem das mesmas e para que isso ocorra torna-se de extrema importância que o professor e o aluno, com o autismo como único, e que tenha o desejo de vê-lo aprender. Não é um processo fácil e nem acontece imediatamente, queremos, considerando a multiplicidade de características e particularidades que as crianças com esse transtorno apresentam, é um desafio para quem se preocupa com um ensino que possa atender a todos com equidade.

Procedimentos metodológicos

Para realizar este trabalho, fizemos a opção pela abordagem de natureza qualitativa por acreditamos que na pesquisa o pesquisador busca, basicamente, levantar opiniões, as crenças, o significado das coisas nas palavras dos participantes etc. Essa abordagem também não é generalizável, mas exploratória, no sentido de buscar conhecimento para uma questão específica, pois as informações disponíveis são ainda insuficientes (VIEIRA 2009).

O instrumento escolhido para a coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada, contendo dez questões elaboradas para a pesquisa e aplicadas a duas psicólogas que têm experiência no atendimento e na inclusão de crianças com autismo.

Segundo Minayo (1994), a entrevista fornece dados de duas naturezas: “os que o pesquisador pode conseguir por outras que se referem diretamente ao entrevistado, como suas atitudes, valores e opiniões”.

Na análise dos dados, procuramos organizar as falas das participantes sobre a temática escolhida para que pudéssemos compreender a visão delas acerca do autismo e da inclusão a partir do aporte da teoria da psicanálise.

Resultados e discussões

Para compreendermos de fato o que foi abordado acerca do estudo relacionado ao autismo voltado para a psicanálise fizemos uma análise minuciosa dos dados coletados, estes que foram obtidos por meio de entrevistas realizadas com duas psicólogas que trabalham com crianças com autismo.

Faz-se necessário considerar que, para discorrermos frente à temática desta pesquisa os dados serão analisados pelos eixos temáticos: visão psicanalítica do autismo (passado e atualidade); causas do autismo; desafios no tratamento de pessoas com autismo; percepção acerca da inclusão das pessoas com autismo no contexto escolar.

No primeiro eixo as entrevistadas foram questionadas sobre a visão da psicanálise relacionada ao autismo fazendo um olhar para o passado e ao presente, as mesmas responderam que:

Atualmente há a tentativa de produzir uma uniformidade diagnóstica para as crianças que já foram classificadas com transtornos psicóticos, deficientes mentais até serem classificadas por Kanner, em 1943, como autistas. É a psiquiatria quem se preocupa com essas classificações. A psiquiatria classifica o autismo como um dos Transtornos Globais do Desenvolvimento, caracterizados por distúrbios da socialização com início precoce e curso crônico, presentes sob a classificação F84, que possui um impacto em várias áreas do desenvolvimento, desde o estabelecimento da subjetividade e das relações, passando pela linguagem, a aprendizagem e as capacidades adaptativas. A psicanálise concebe o autismo caso a caso. Não se busca classificar os sujeitos que apresentam quadros autísticos. Há a necessidade de compreensão do que leva aquele sujeito a determinadas defesas, determinados sintomas (ALANA, 2015).

Bem... Há ainda um pensamento que a psicanálise vê a causa do autismo como “culpa da mãe” “mãe geladeira”. Essa ideia vem sendo desmistificada. Sabemos que existe a genética e as questões biológicas. E considerando esses fatores, o ambiente familiar é determinante no curso do Transtorno, como o novo redesenho da estrutura familiar, onde nos confrontamos com pais que não sabem mais ser pai e mãe. Sabe-se que se a função paterna não funciona, a função materna é atingida, não sendo exatamente o que deveria. Dessa forma, se o Outro materno não exerce sua função, do desejo da criança, a operação de alienação consequentemente a de separação também não. E sem alienação e separação, o sujeito não pode se constituir. Hoje, com os conhecimentos da neurociência, da neuroplasticidade e da psicanálise, onde a intervenção precoce pode reverter algum dos sintomas do TEA, como também trabalhar numa perspectiva de prevenção (LAIS, 2015).

Observamos através das falas das psicólogas que mesmo com o passar do tempo ainda há questões sobre o autismo que a psicanálise que continuam sendo evidenciadas em torno de polêmicas que por muitas vezes são ocasionadas em decorrência da falta de interpretação destes determinados assuntos. A primeira entrevistada ressalta que a tentativa de uniformidade do diagnóstico de crianças que já foram classificadas como transtornos psicóticos, crianças com deficiência mental e autismo. De fato, o autismo é uma síndrome uniforme, uma vez que como foi frisado no relato da entrevistada o autismo é constituído por um dos transtornos globais do desenvolvimento, e este pode se iniciar antes dos três anos e possui proporções variáveis no desenvolvimento físico e emocional das crianças com autismo. Para a segunda, ainda se perpetua o pensamento da psicanálise relaciona diretamente a causa do autismo como “culpa da mãe” é a tão famosa teoria da “mãe geladeira”.

Sobre o que foi discorrido Dora; Marinho; Filho (2006, p. 3) explicitam que:

De acordo com a psicanálise, o transtorno autista está relacionado com falhas envolvendo a função materna [...]. A falha no processo de desenvolvimento da função materna pode estar relacionado com o não cumprimento dela, ou seja, a pessoa que desempenha esse papel não realiza adequadamente a sua função, deixando o bebê sem resposta quando pede um retorno.

Porém, essa percepção vem sofrendo uma desmistificação necessária, pois até o momento as causas do autismo constituídas por inúmeros fatores e os genéticos hoje estão sendo muito estudados. O ambiente no qual a criança com autismo é inserida é também de extrema importância no surgimento desse transtorno. Percebemos através dos relatos das entrevistadas que a psicanálise compreende o autismo com suas singularidades e que há a grande necessidade de interpretação e intervenção comportamentais das pessoas com autismo.

No segundo eixo perguntamos as entrevistadas quais são as causas do autismo, ambas nos responderam que:

Toda a nossa forma de apresentação no mundo é circundada por questões multifatoriais. Imagine o teu jeito de componentes genéticos no teu sorriso, questões ambientais e sociais. Seu sorriso é resultado de múltiplas experiências. A depressão é um dos grandes males do nosso século, não podemos afirmar que as pessoas hoje nascem mais propensas a depressão do que nos séculos passados. Que implicações psicofísicas e são relacionadas à depressão. Do mesmo jeito, assistimos a um alarde enorme sobre o crescente número de casos de associação da etiologia do autismo a fatores genéticos. No entanto, bem como nos casos de depressão, não há remédio para o autismo, os remédios só controlam condutas, “amarram o sujeito”, e dificultam que as tentativas de comunicação se aprimorem. O mais grave é que muitas famílias são orientadas a ver seus filhos como pessoas que para sempre serão portadores de uma condição que não há remédio contra ela (ALANA, 2015).

Há fatores genéticos e biológicos, como a ciência vem estudando, porém os fatores ambientais (a relação primordial, com o Outro) determinam o processo. Um bebê em “risco de autismo” pode não desencadear os sintomas da doença, caso haja intervenção precoce, de intervenção. Sabemos que hoje na França já se tem pesquisa e estudo os quais a psicanálise atua com neurociência na prevenção do autismo, se assim podemos chamar (LUANA, 2015).

Diante dos relatos de ambas, se evidencia que as possíveis causas do autismo ainda continuam desconhecidas, pesquisas na área estão em grande progresso. O autismo pode ser ocasionado por uma junção de inúmeros fatores genéticos, biológicos e ambientais como foram ressaltados pelas entrevistadas.

Pérez (2012) afirma que as causas do Espectro Autista são fortemente genéticas e multifatoriais, havendo interação entre os fatores de risco. Há uma incessante procura de marcadores biológicos para o Autismo, ou seja, indicadores mensuráveis em amostras biológicas que podem ser utilizados como fatores de risco, indicadores diagnósticos e podem ainda ajudar na escolha do plano de tratamento mais adequado.

Questionamos as entrevistadas sobre quais são os maiores desafios no tratamento de pessoas com autismo, eis as respostas: Fazer com que a pessoa permaneça em atendimento e sendo beneficiado por ele. Os métodos educativos apresentam um longo tempo para respostas terapêuticas. No entanto, as respostas adaptativas só aparecem mediante o enquadramento educacional e o atendimento em psicanálise investe na organização interna do sujeito e na capacidade desta organização para o desenvolvimento deste (ALANA, 2015).

Um dos maiores desafios é a falta de profissionais qualificados, pessoas com Transtorno do Espectro Autístico no atendimento específico, de profissionais com conhecimentos específicos sobre o tema (LAIS, 2015).

Assim considerando, os maiores desafios são a ausência de profissionais qualificados devido ao fato das pessoas com autismo necessitarem de um atendimento específico e que esteja preparado para trabalhar suas maiores dificuldades objetivando a melhoria na qualidade de vida e a permanência das pessoas com autismo no atendimento tanto clínico quanto nas atividades em que eles estão inseridos.

Por fim, indagamos as entrevistadas sobre a percepção delas no que diz respeito a inclusão das pessoas com autismo na escola. As respostas foram as seguintes:

As pessoas com autismo precisam de acolhimento em qualquer seguimento social. No entanto, a escola não compreende as pessoas com autismo são, primeiramente, apenas pessoas e necessitam serem vistas a partir de suas particularidades e não ser vista além de um diagnóstico médico. A escola recebe uma pessoa com autismo e não lhe possibilita que ela se mostre como sujeito de necessidades únicas. As pessoas com autismo, nas escolas, são recebidas com um modelo preconcebido e devem ser conduzidas. A escola, inclusive, determina que a entrada da criança esteja vinculada a um diagnóstico registrado após o número do CID (classificação internacional de doenças) a professora também recebesse um manual de atendimento ao aluno que apresenta transtorno autístico. Não deveria a professora receber o aluno e tentar conhecê-lo? Não é assim com todos os outros alunos? Como vou incluir quem eu já recebo com um rótulo diferenciando (ALANA, 2015).

É uma pergunta que ainda não consigo responder, pois precisamos ver que inclusão é essa que estamos oferecendo a crianças com TEA. Será que nossos professores e ambiente escolar estão preparados para receber e atender crianças com TEA. Será que a criança que ainda não conseguem ser alunos, então o que podemos ensinar-las? (LAIS, 2015).

Ao analisarmos os discursos das participantes dessa pesquisa entendemos que a primeira entrevistada discorre que as pessoas com autismo necessitam de um olhar para além de um diagnóstico médico e, destaca ainda, que a pessoa com autismo inserido na escola não poderá ser tratado como um modelo preconcebido e que os professores devem conhecer se

assim incluir de fato a criança com autismo na escola. Na fala da segunda entrevista podemos constatar uma percepção acerca do processo inclusivo vigente que temos e sobre a preparação dos professores e da escola. O grau de desenvolvimento da criança com autismo foi também considerado importante no processo de inclusão.

Diante dos relatos analisados, salientamos que muitos fatores necessitam de um olhar mais cuidadoso no processo de inclusão da matrícula da criança com autismo até a inserção desta criança na sala de aula. É recorrente em muitas pesquisas a formação do professor, porém ainda é importante frisar que a formação docente precisa ser direcionada para a efetiva acolhimento a todos os alunos.

Assim, podemos considerar que o sucesso da inclusão escolar vai depender, em grande medida, do trabalho do professor, pois este deve ser qualificado para responder as necessidades diferenciadas de seus alunos, para proporcionar ensino-aprendizagem satisfatória para todos (VELTRONE; MENDES 2007).

Considerações finais

A partir dos dados que foram coletados e analisados podemos perceber que são várias questões que envolvem a psicoterapia com autismo, foi destacado que a psicanálise trabalha no intuito de estudar/ouvir a criança com autismo objetivando intervir de uma forma direta e específica na vida da mesma.

Diante do que foi exposto, enfatizamos que a partir da intervenção psicanalítica precoce a criança com autismo terá mais facilidade de não desenvolver algumas características autísticas, considerando que o autismo ainda não possui causa definida, mas estudos que acreditam que o mesmo é ocasionado por fatores genéticos, biológicos e ambientais.

Constatamos ainda que ao tratar a criança com autismo, tanto na sua vida escolar ou em outros ambientes, é preciso respeitar seus desejos e o tempo de cada uma e que assim estaremos proporcionando contribuições reais em relação ao desenvolvimento e sua constituição do seu desenvolvimento emocional e seu acolhimento nos diversos espaços em que elas precisam fazer sentido, a escola é o lugar por excelência para que isto ocorra e a psicanálise vem há muito tempo despontando como capaz de olhar para a criança com autismo considerando suas emoções, desejos e particularidades.

Referências

AZEVEDO, F. C. de. **Autismo e psicanálise: o lugar possível do analista na direção do tratamento**. Curitiba: Juruá, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Unesco, 1994. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2015, 15.

BRIDON, D. **O autismo nos (des)caminhos da feminilidade: o lugar da função materna na ocorrência de autismo** in 122f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/85221>>. Acesso em: 29 jun. 2015, 18:19:10.

DORIA, N. G. D. M.; MARINHO, T. S.; FILHO, U. S. P. **O autismo no enfoque psicanalítico**. 2006. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0311.pdf>> . Acesso em: 4 jul. 2015, 12:34:23.

FONSECA, L. R. M. **Impasses na aprendizagem e inclusão escolar: estudos de caso sob a ótica da psicanálise**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2015. Disponível em: www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/.../disserta_olucianagravar.pdf?... Acesso em: 29 jun 2015, 18:25:13.

KLIN, A. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral**. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-4462006000500002&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 Jun. 2015, 12:34.

LIMA, I. L. S. de. **A contribuição psicanalítica na inclusão escolar de crianças e adolescentes com autismo**. Trabalho conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade de Brasília. Brasília – DF, 2013. Disponível em: <bdm.unb.br/.../browse?...Lima%2C+Izabella+Lorraine+Santana+de>. Acesso em: 29 jun. 2015, 18:20:10.

PÉREZ, F. J. A. **Autismo Fisiopatologia e biomarcadores**. 2012. 46f. Dissertação (mestrado em medicina) Universidade do Rio Grande. Rio Grande, 2012. Disponível em: <[https://ubithesis.ubi.pt/bitstream/10400.6/116711/Autismo%20%20fisiopatologia%20e%20biomarcadores%20\(CORR\)](https://ubithesis.ubi.pt/bitstream/10400.6/116711/Autismo%20%20fisiopatologia%20e%20biomarcadores%20(CORR))>. Disponível em: 4 jul. 2015, 13:13:12.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde, 2ª Ed. São Paulo: Abresco, 1994.

SCHORN, S. C. **A escolarização de crianças psicóticas**: limites e possibilidades. 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000032006000100068&script=sci_arttext. Acesso em 10/23/2015.

SHIRAHIGE, E. E. ; HIGA, M. M. A contribuição da psicanálise à educação. In: CARRARA, K. (Org.). Introdução à psicologia da educação. São Paulo: Avercamp, 2004. p.13-46.

TAMANHA, A. C.; PERISSINOTO, J.; CHIARI, B. M. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos infantil e da síndrome de asperger. **Rev Soc Bras Fonoaudiol**, São Paulo, n°13,2008. P. 297-299. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsbf/v13n3/a15v13n3>. Acesso em 30jun. 2015, 17:33:53.

VASQUES, C. K. Um estrangeiro entre nós, Psicanálise e Educação Especial: diálogos em torno da inclusão de criança com transtornos em sua constituição psíquica. **Revista Ponto de Vista**, Florianópolis, n. 9, p. 25-36, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/.../18656>. Acesso em: 20 jun. 2015, 22:10:08.

VELTRONE, A. A.; MENDES, E. G. **Diretrizes e desafios na formação inicial e continuada de professores para a educação básica**. 2007. Disponível em: <http://www.unesp.br/prograd/ixcepfe/Arquivos%202007/5eixo.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2015, 12:34:23.

VIEIRA, S. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alagoas. Professora Assistente do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas e da Faculdade de Ensino Regional Alternativa. Coordenadora do Programa de Formação de Professores para Melhoria da Qualidade da Educação Básica Fapeal/Capes e Coordenadora do Projeto Inclusão de Pessoas com Deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento nas Escolas da Rede Pública do Município de Arapiraca-AL: Cc Práticas Pedagógicas PIBIC/Fapeal. e-mail:elizete.balbino@hotmail.com

Graduanda do 5º período do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas. Bolsista do Programa de Formação de Professores para Melhoria da Qualidade da Educação Básica Fapeal/Capes. Email:mirelly_karlla_ec@hotmail.com

Graduanda do 2º período da Faculdade de Ensino Regional Alternativa. Integrante do Grupo de Estudos Educação e Inclusão de pessoas com deficiência nos diversos níveis de ensino.

Recebido em: 05/07/2015

Aprovado em: 06/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlot

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: